

Descrição Geral do Negócio

Fazemos parte de uma empresa global de origem holandesa líder em gerenciamento de frotas e mobilidade, que no ano de 2015 superou a incrível marca de 1,5 milhões de carros no portfólio. Presente em mais de 30 países, nossa missão é facilitar o gerenciamento de frotas e garantir a mobilidade dos nossos clientes por meio de soluções inovadoras.

Nossa visão apoia-se em cinco pilares principais:

- Performance "para sermos parceiros que geram valor ao cliente"
- Portfólio "para sermos líderes em inovação no ramo que atuamos"
- Processos "para criarmos sinergias em todos as etapas da cadeia de valor"
- Planeta "para fazermos da sustentabilidade nossa responsabilidade"
- Pessoas "para sermos de verdade, o melhor lugar para trabalhar"

Baseado nisso, buscamos ser reconhecidos como líderes globais em gerenciamento de frota e mobilidade.

Além da expertise e das soluções globais compartilhadas as melhores práticas em gestão, governança, treinamento e inovação tecnológica. Nossas práticas atendem às necessidades da Matriz e órgãos reguladores de atividades financeiras na Europa e Estados Unidos, além de estar em conformidade com os preceitos obrigatórios listados pelas agências reguladoras nacionais - incluindo o Banco Central do Brasil - o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

Adotamos um sistema de governança corporativa cada vez mais representativa, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado e trabalhado em conjunto com a Matriz na implementação de práticas avançadas, que permeiam o processo decisório garantindo que as diretrizes estratégicas estejam pautadas em decisões colegiadas e em linha com os valores da Organização.

O ano de 2015 foi de mudanças significativas em nossa estrutura global, no que diz respeito à organização societária. No mês de julho, foi divulgado o acordo de transferência total do controle da LeasePlan Corporation N.V. (Volkswagen Group 50% e Fleet Investments B.V. 50%) para um consórcio de seis empresas. O consórcio é composto por um grupo de investidores de longo prazo e inclui o fundo de pensão líder na Holanda PGGM, o maior fundo de pensão dinamarquês ATP, GIC, Luxinva S.A., um grupo mantido pelas autoridades de Abu Dhabi (ADIA), a divisão de mercados do Goldman Sachs e fundos de investimento gerenciados pela TDR capital LLP.

Essa troca de controle marca uma nova era para nossa Companhia e nos possibilitará continuar com a execução da nossa estratégia de longo prazo e ambições de crescimento. Apoiada pelos novos acionistas, a LeasePlan continuará a prover gestão de frota e mobilidade com alta qualidade e inovação para nossos clientes em todo o mundo.

O consórcio está comprometido com os mais altos padrões de governança corporativa e extensa experiência em serviços financeiros e mercados regulados.

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. continua sendo controlada pela LeasePlan Corporation N.V. na Holanda e seguimos normalmente com nossa estratégia e planos para o futuro. Mantemos nosso compromisso de trabalhar para prover as melhores soluções para gestão de frota e mobilidade, apoiada pela determinação de nossos colaboradores, contínuos investimentos, facilitando a vida de nossos clientes e cumprindo nossa promessa: "It's easier to leaseplan".

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

	2º semestre		Exercícios findos	
	Nota	2015	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		84.385	162.141	153.960
Operações de arrendamento mercantil	4,(d)	72.290	139.411	136.885
Receita na finalização de contratos	4,(d)	12.095	22.730	17.075
Despesas da intermediação financeira		(61.645)	(120.666)	(119.238)
Operações de captações no mercado		(12.378)	(22.970)	(21.061)
Operações de arrendamento mercantil	4,(d)	(49.175)	(96.157)	(96.517)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4,(b)	(92)	(1.539)	(1.660)
Resultado bruto da intermediação financeira		22.740	41.475	34.722
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras		(14.023)	(23.702)	(17.142)
Receitas de prestação de serviços		1.877	3.798	4.704
Receitas de aplicações financeiras		56	232	-
Despesas de pessoal	5,(d)	(6.069)	(13.218)	(12.717)
Outras despesas administrativas	5,(e)	(8.218)	(12.628)	(8.043)
Despesas tributárias	9,(c)	(1.529)	(3.034)	(3.032)
Outras receitas operacionais	5,(f)	1.079	2.215	2.638
Outras despesas operacionais	5,(f)	(961)	(1.577)	(1.516)
Impairment (provisão)/Reversão de imobilizado de arrendamento	6,(c)	(258)	510	824
Resultado operacional		8.717	17.773	17.580
Resultado antes da tributação sobre o lucro		8.717	17.773	17.580
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	9,(a)	(3.613)	(6.505)	(6.771)
Provisão para imposto de renda		(2.071)	(3.874)	(4.223)
Provisão para contribuição social		(1.542)	(2.631)	(2.548)
Resultado do semestre/exercício		5.104	11.268	10.809
Quantidade de ações		9.156.107	9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$, por lote de mil ações		0,56	1,23	1,18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	2º semestre		Exercícios findos	
	2º semestre -2015	2015	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		5.104	11.268	10.809
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício		24.088	47.063	48.833
Ajustes por: Depreciação e amortização		105	(510)	(824)
Reversão de provisão para impairment		-	(52)	(26)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		92	1.539	1.660
Provisão para devedores duvidosos		731	960	652
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		12.378	22.942	21.508
Despesas de juros		42.498	83.210	61.104
Lucro líquido ajustado (Aumento) redução em ativos operacionais		(64.139)	(89.377)	(69.732)
Operações de arrendamento mercantil		(2.697)	(4.724)	(2.522)
Outros créditos		(2.519)	(258)	(1.490)
Outros valores e bens		5.854	8.584	(3.586)
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(101.906)	(158.161)	(123.386)
Alienação de imobilizado de arrendamento		37.129	65.182	61.252
Aumento (redução) em passivos operacionais		7.617	4.117	5.569
Outras obrigações		4.869	3.683	4.614
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.800	574	1.219
Resultado de exercícios futuros		(52)	(140)	(264)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(14.024)	(2.050)	(3.059)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(838)	(987)	(581)
Alienação de imobilizado de uso e intangível		310	969	359
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(528)	(18)	(222)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captações		57.300	88.800	220.750
Empréstimos amortizações		(29.900)	(66.300)	(220.300)
Juros pagos		(12.665)	(22.214)	(22.420)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		14.735	286	(462)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		183	(1.782)	(3.743)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		(742)	1.223	1.223
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		(559)	(559)	4.966
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		183	(1.782)	(3.743)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Relatório da Administração
31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

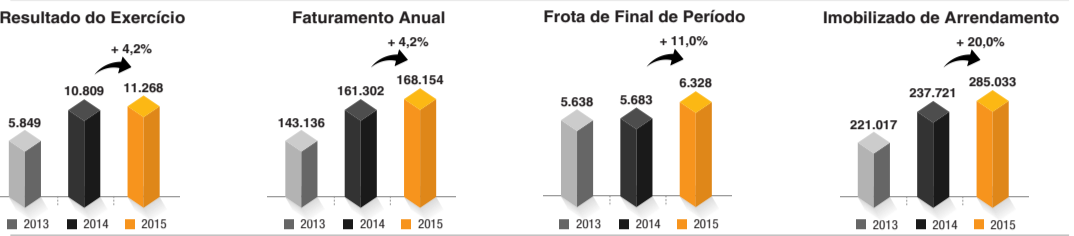
Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014. No mesmo período, a Demonstração do Resultado do Exercício apresentou variação positiva de 20% no comparativo entre anos, um reflexo do aumento da frota, bem como do valor médio dos novos veículos, por conta do aumento da frota executiva. O Faturamento Anual da LeasePlan Arrendamento Mercantil cresceu 4,2% no biênio, principalmente em função do aumento da frota. Em conjunto, os fatores acima contribuíram positivamente com o EBITDA da Companhia, que atingiu 87,8 milhões de reais. Continuamos empenhados em oferecer as melhores soluções aos clientes que valorizam o conceito de mobilidade e parceria e que buscam administrar suas frotas ou reduzir custos através de produtos com diferenciais únicos e elevados padrões de eficiência.



O esforço da nossa área comercial, em conjunto com as áreas suportes, levou a LeasePlan a adicionar novos clientes corporativos ao nosso portfólio, bem como a aumentar a presença nos clientes já existentes. O resultado desses esforços combinados foi um aumento de 11% na nossa frota, comparado ao ano de 2014. Nossa mobilidade de arrendamento apresenta variação positiva de 20% no comparativo entre anos, um reflexo do aumento da frota, bem como do valor médio dos novos veículos, por conta do aumento da frota executiva. O Faturamento Anual da LeasePlan Arrendamento Mercantil cresceu 4,2% no biênio, principalmente em função do aumento da frota. Em conjunto, os fatores acima contribuíram positivamente com o EBITDA da Companhia, que atingiu 87,8 milhões de reais. Continuamos empenhados em oferecer as melhores soluções aos clientes que valorizam o conceito de mobilidade e parceria e que buscam administrar suas frotas ou reduzir custos através de produtos com diferenciais únicos e elevados padrões de eficiência.

Características únicas que fazem da LeasePlan a maior empresa do mundo em mobilidade e gestão de frotas.



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015		2014	
	Nota	2015	2014	2014
Ativo		38.455	44.528	
Ativo circulante		238	1.223	
Disponibilidades		8.571	4.757	
Operações de arrendamento mercantil	4	140.337	113.005	
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		(129.485)	(106.877)	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(2.281)	(1.371)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6.368	6.738	
Outros créditos	5,(a)	7.419	7.161	
Diversos		(1.051)	(423)	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		23.278	31.810	
Outros valores e bens	5,(b)	9.290	18.240	
Bens não de uso próprio		-	(52)	
Provisão para desvalorização		13.988	13.622	
Despesas antecipadas		285.785	239.341	
Ativo não circulante		285.785	239.341	
Ativo realizável a longo prazo		285.785	239.341	
Operações de arrendamento mercantil	4	-	-	
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		118.932	87.680	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(118.932)	(87.680)	
Permanente		285.785	239.341	
Imobilizado de uso	6,(a)	598	1.199	
Outras imobilizações de uso		758	2.427	
Depreciações acumuladas		(250)	(1.228)	
Intangível	6,(b)	244	421	
Depreciações de arrendamento	6,(c)	285.033	237.721	
Bens arrendados		358.762	310.366	
Impairment		(177)	(687)	
Depreciações acumuladas		(73.552)	(71.958)	
Total do ativo		324.240	283.869	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015

	Capital social		Prejuízos acumulados		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos em 1º de janeiro de 2014	91.561	91.561	(47.258)	(47.258)	44.303	44.303
Lucro líquido do exercício	-	-	10.809	10.809	10.809	10.809
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.561	91.561	(36.449)	(36.449)	55.112	55.112
Mutações do exercício	-	-	10.809	10.809	10.809	10.809
Saldos em 1º de janeiro de 2015	91.561	91.561	(36.449)	(36.449)	55.112	55.112
Lucro líquido do exercício	-	-	11.268	11.268	11.268	11.268
Saldos em 31 de dezembro de 2015	91.561	91.561	(25.181)	(25.181)	66.380	66.380
Mutações do exercício	-	-	11.268	11.268	11.268	11.268
Saldos em 1º de julho de 2015	91.561	91.561	(30.285)	(30.285)	61.276	61.276
Lucro líquido do semestre	-	-	5.104	5.104	5.104	5.104
Saldos em 31 de dezembro de 2015	91.561	91.561	(25.181)	(25.181)	66.380	66.380
Mutações do semestre	-	-	5.104	5.104	5.104	5.104

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de liderança no setor e presente em 32 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda., com sede em Barueri. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, consultoria e suporte na seleção e política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, em consonância com os Normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, homologado pelos órgãos reguladores e consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 18 de Fevereiro de 2016. **a) Alterações nas Normas Contábeis Brasileiras:** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BCEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução nº 3.684/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros (CPC 23) e Resolução nº 4.144/12 - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e Resolução 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33). Atualmente não é possível estimar quando o BCEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e contas-correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) e recursos financeiros com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela LeasePlan Arrendamento para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Operações de Arrendamento Mercantil:** A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309 de 28 de agosto de 1996 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e contabilizadas pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento e baseada na estimativa do valor residual dos respectivos bens ao final do contrato. **c) Provisão para Contraprestações de Arrendamento de Liquidação Duvidosa:** Constituída com base na análise dos riscos na realização das contraprestações em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e aderência às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **d) Imobilizado de Uso:** O Imobilizado de Uso corresponde aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses (20% ao ano) para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses (25% ao ano) para equipamentos de informática e telecomunicação. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil são reconhecidos no balanço sobre a rubrica Imobilizado de Arrendamento. **e) Intangível:** O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e é composto principalmente por softwares. São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil econômica de 36 meses (33,3% ao ano). **f) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment):** Os bens do Imobilizado de Uso e Arrendamento bem como os demais ativos não circulantes são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica Impairment.

g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais é realizado de acordo com as determinações do CPC 25, aprovadas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BCEN conforme descrição a seguir: **- Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível). **- Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas ou de natureza fiscal. Essas contingências, de acordo com a prática conservadora adotada, são avaliadas por nossos assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Tributos

a) Demonstração do Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social:	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	17.773	17.580

Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(7.441)	(7.032)
Acréscimos/ Decréscimos decorrentes de:		
Adições Temporárias ^(a)	(2.275)	(3.218)
Despesas Indutíveis	(17)	(98)
Exclusões Temporárias ^(b)	431	665
Reversão de Crédito Tributário	2.798	2.912
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(6.505)	(6.771)

^(a) As adições temporárias são compostas pelo saldo de provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados e provisões judiciais; ^(b) As Exclusões temporárias são compostas pela Reversão de Provisão AutoProteção e Impairment. **b) Créditos Tributários:** Existem créditos tributários não constituídos no montante de R\$ 10.498 (R\$ 12.902 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$ 5.856 (R\$ 8.084 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao Imposto de Renda e R\$ 4.642 (R\$ 4.818 em 31 de dezembro de 2014) à Contribuição Social, e que serão registrados somente quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendido todos os requisitos das normas do Banco Central do Brasil para seu registro. **c) Composição das Despesas Tributárias:**

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de Contribuição ao COFINS ^(a)	(1.911)	(1.743)
Despesas de Contribuição ao PIS/PAESP ^(a)	(311)	(292)
Despesas de Impostos sobre Qualquer Natureza - ISS ^(a)	(778)	(987)
Outras Despesas Tributárias	(34)	(10)
Total das Despesas Tributárias	(3.034)	(3.032)

^(a) Despesas tributárias conforme alíquotas apresentadas na Nota 3h

d) Obrigações Fiscais e Previdenciárias:	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda a Recolher	6.506	6.771
Impostos Sobre Folha de pagamento	387	469
Impostos Sobre Faturamento	195	188
Impostos e Contribuições sobre Serviços	36	20
Total das Obrigações Fiscais e Previdenciárias	7.124	7.448

10. Patrimônio Líquido

O Capital social é representado por 9.156.106.923 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, composto como segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor	Sede
Lease Plan Corporation N.V.	9.148.948.356	91.489	Holanda
Lease Plan Brasil Ltda.	7.158.567	72	Brasil
Total	9.156.106.923	91.561	

Diretoria

Fábio dos Santos Costa - Diretor-Presidente

Renata Malveira Theil - Diretora Executiva

Igor Fernandes Gonçalves - CRC 1SP 312084/O-5

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que

Não houve destinação de reserva legal sobre o lucro apurado no exercício de 2015. Adicionalmente os acionistas comunicaram à Instituição a decisão de renunciar aos dividendos de 1% do lucro líquido do exercício mantido a destinar-se à redução do prejuízo acumulado.

11. Partes Relacionadas

A Instituição define como partes relacionadas os Administradores, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo. **a) Remuneração do Pessoal-Chave:** Ao pessoal-chave é atribuída remuneração anual compatível com os padrões de mercado, e não há distinção para os benefícios concedidos aos demais colaboradores. A remuneração do pessoal-chave da Administração, constituído por diretores e gerentes da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 4.709 (R\$ 4.369 em 31 de dezembro de 2014). **b) Transações com Partes Relacionadas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não existem ativos, passivos, receitas e despesas com as empresas do grupo.

12. Limites Operacionais

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de dezembro de 2015, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência ^(a)	66.381	55.112
Índice de Basileia		
Nível I	20,52%	19,48%
Nível II ^(b)	-	-

^(a) Patrimônio de Referência (PR) conforme Resolução nº 4.192/2013 do CMN, que define para fins de apuração dos limites operacionais, o somatório de dois níveis, Nível I e II, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido bem como dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; ^(b) A Instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada. A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (20,52%) levando em consideração que o mesmo supera em 9,52 pontos o nível mínimo exigido (11%).

13. Gestão de Riscos

A gestão dos riscos pela LeasePlan está pautada nas melhores práticas de mercado, em linha com a normatização do Banco Central do Brasil e com as regulamentações de nossa matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.), sujeita à regulamentação do Banco Central Holandês (De Nederlandsche Bank) e com base na utilização do modelo de gerenciamento do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e o modelo das três linhas de Defesa para Instituições Financeiras. Os processos de gestão de risco permeiam toda a Instituição e visam identificar e medir os riscos de natureza interna ou externa que possam afetar a nossa estratégia, impactando resultados, liquidez capital ou reputação da empresa. O processo de gerenciamento do risco conta com sistemas proprietários para assegurar um controle centralizado, Comitês para definição de metas e limites, além de revisões periódicas independentes visando assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos localmente e pela Matriz.

a) Risco Operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas

resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de riscos operacionais feita pela LeasePlan tem como objetivo avaliar, mensurar e monitorar os eventos com a finalidade de evitar ou manter as perdas e riscos dentro dos limites estabelecidos além de garantir a aderência às práticas, diretrizes corporativas e à regulamentação vigente. O processo de controle é feito através de sistema proprietário visando garantir que o monitoramento seja feito de forma tempestiva mensurando e informando a administração das informações de risco bem como as eventuais perdas operacionais e planos de ação. A estrutura para gestão do risco operacional pela Instituição consiste em: - Realização de Comitês de Riscos Operacionais periódicos e fóruns específicos de controles internos e compliance nos quais periodicamente são apresentados os reportes acerca do monitoramento dos riscos assim como planos de ação e perdas relacionadas. - Monitoramento contínuo e coleta de informações de eventos que causaram algum prejuízo ou perda operacional para a organização, bem como o reporte dos mesmos para a alta Administração e a matriz na Holanda. - Identificação de eventos que podem ocasionar uma perda financeira no caso de sua ocorrência e a possibilidade desses eventos acontecerem, bem como as causas que motivaram o acontecimento desse evento e os processos aos quais esses eventos estão relacionados. - Revisão e alteração contínua de atividades e processos assim como implementação de controles para monitoramento de redução de perdas oriundas de risco operacional. **b) Risco de Mercado:** Risco de Mercado é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) entre outros índices. A Instituição não possui operações sujeitas à variação cambial, operações que envolvam ações (suas negociadas em bolsa ou como portfólio para investimento de recursos), operações com instrumentos financeiros, derivativos e mercadorias com intenção de negociação. Dessa forma, a Instituição entende que não está sujeita diretamente aos riscos de perdas relacionadas à variação cambial, renda variável (ações ou commodities) e variação nas cotações de instrumentos financeiros. Em relação a riscos de mercado com operações inerentes aos negócios, o principal risco mensurado pela Instituição é o risco de perdas provenientes das operações sujeitas a variações nas taxas de juros. Para o risco de taxa de juros a Instituição adota uma análise periódica de Desacumulo (ALM), monitorando a exposição dos fluxos de caixa por fator de risco e datas de vencimento principalmente representadas por operações de captação de recursos e sua aplicação nos contratos de leasing operacional. O monitoramento é reportado tempestivamente à alta Administração e a matriz e segue política de operar dentro de limites reduzidos de desacumulo estabelecidos de acordo com normativos institucionais.

c) Risco de Crédito: Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de crédito aplicável à subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de

clientes (rating interno). Através deste sistema e dos reportes contínuos ao Comitê de Crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano à imagem e reputação da Instituição. Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de Arrendamento Mercantil a LeasePlan considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisão adequado. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar. **d) Risco de Ativo:** O Risco de Ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional. Tendo como principal atividade o Arrendamento operacional de veículos, os riscos inerentes a esse tipo de ativo são os mais relevantes para a LeasePlan no Brasil e no mundo. A estrutura para gestão e controle do risco de Ativo pela Instituição consiste em: - Comitês de Riscos de Ativos trimestrais composto, por área independente das áreas de negócio; - Avaliações tempestivas dos valores estimados em comparação com os atuais de mercado dos veículos arrendados presentes em carteira; - Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplos: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros; - Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos; - Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos; - Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificados desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil; - Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atuais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais. As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas à Matriz trimestralmente, as possíveis exposições contingentes são reconhecidas sob a rubrica Impairment (nota 3.f)

14. Outras Informações:

a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Instituição não possuía posições no mercado de derivativos. b) A partir de 1º de Setembro de 2015, em virtude da publicação da MP nº 675/15, posteriormente convertida na Lei nº 13.169/15, a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 15% para 20%, no caso de bancos, das empresas de seguros privados e de capitalização, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio, sociedades de crédito, de financiamento e investimentos, administradoras de arrendamento mercantil e de cartão de crédito e associações de poupança e empréstimos. Em virtude desta alteração, a alíquota efetiva usada para o cálculo da CSLL anual foi de 16,868%, de modo a compensar o efeito da alteração de alíquota durante o exercício.

Contador

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

Patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Banerri, 19 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5^{ff}

Rui Borges
 Contador - CRC 1SP207135/O-2